

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcel van Hattem)

Requer informações à Advocacia Geral da União, para que preste esclarecimentos sobre as ações que a pasta está adotando no combate à desinformação e fake news a respeito das enchentes que assolam o estado do Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação à Advocacia Geral da União (AGU), para que preste esclarecimentos sobre as ações que a pasta está adotando para combater a desinformação e fake news a respeito das enchentes que assolam o estado do Rio Grande do Sul.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas pelo Advogado Geral da União, ponto a ponto, as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que reconhece como importantes para a compreensão dos fatos:

1. Quais são os critérios que a AGU utilizará para classificar postagens nas redes sociais como desinformação e mentira?
2. Haverá um conjunto de diretrizes ou normas específicas que orientarão essa classificação?
3. Quem serão os responsáveis pela análise das postagens nas redes sociais?
4. Esses analistas serão servidores da AGU, profissionais terceirizados, ou haverá uma parceria com outras instituições?



5. Quais ações estão sendo planejadas ou já estão sendo aplicadas pela AGU para combater a desinformação sobre as enchentes?
6. Em caso de confirmação de desinformação, quais punições estão previstas para os responsáveis pelas postagens?
7. Haverá um relatório de atuação elaborado pela AGU referente às atividades da sala de combate à desinformação? Em caso afirmativo, qual será a periodicidade desse relatório e qual será o conteúdo abordado?
8. Como a AGU pretende garantir a transparência e a publicidade das ações realizadas por essa sala?
9. Haverá algum canal de comunicação específico para prestar esclarecimentos à sociedade?
10. Quais são os órgãos e entidades que estão colaborando com a AGU nesta iniciativa?
11. Qual é a função específica de cada um desses órgãos no suposto combate à desinformação?
12. Quais medidas específicas já foram adotadas pela AGU desde a criação da sala de situação?
13. Solicitamos detalhes sobre todas ações judiciais ou notificações extrajudiciais já encaminhadas, a exemplo do ocorrido com o influenciador digital Pablo Marçal e a notificação ao X (antigo Twitter)?

JUSTIFICATIVA

A formulação do presente Requerimento de Informação à Advocacia-Geral da União (AGU) fundamenta-se nos princípios constitucionais da liberdade de expressão, de informação e de pensamento, conforme dispostos nos artigos 5º, IV e IX, e no artigo 220 da Constituição Federal.

Em uma democracia, a liberdade de expressão e o direito à informação são pilares fundamentais para garantir a participação cidadã e a fiscalização dos atos públicos. A instalação de uma sala de situação para o combate à suposta desinformação sobre as enchentes no Rio Grande do Sul, conforme



noticiado, levanta questões relevantes sobre os limites da atuação estatal no controle e classificação de informações veiculadas nas redes sociais.

O presente requerimento visa esclarecer os critérios e procedimentos adotados pela AGU na classificação de postagens como suposta desinformação, identificar os responsáveis por essa análise, entender as ações e punições previstas e garantir a transparência e publicidade das atividades da sala de situação, em consonância com a liberdade de expressão. Essas informações são essenciais para assegurar que as medidas tomadas pelo governo estejam em conformidade com os princípios constitucionais e não resultem em censura.

O fornecimento dessas informações permitirá ao Parlamento exercer seu papel de fiscalização e garantirá que os cidadãos tenham acesso a informações claras e precisas sobre as ações governamentais. Portanto, a apresentação deste requerimento de informação é essencial para assegurar a conformidade das ações da AGU com os princípios constitucionais da liberdade de expressão, de informação e de pensamento, promovendo uma atuação estatal transparente e responsável.

Sala das Sessões, de 2024.

Marcel van Hattem
(NOVO-RS)





Requerimento de Informação (Do Sr. Marcel van Hattem)

Requer informações ao Ministério da Advocacia Geral da União, para que preste esclarecimentos sobre as ações que a pasta está adotando no combate à desinformação e fake news a respeito das enchentes que assolam o estado do Rio Grande do Sul.

Assinaram eletronicamente o documento CD243438024300, nesta ordem:

- 1 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 2 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
- 3 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 4 Dep. Sanderson (PL/RS)
- 5 Dep. Capitão Alberto Neto (PL/AM)
- 6 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
- 7 Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra (PL/SP)
- 8 Dep. General Girão (PL/RN)
- 9 Dep. Zucco (PL/RS)
- 10 Dep. Abilio Brunini (PL/MT)
- 11 Dep. Mauricio Marcon (PODE/RS)
- 12 Dep. Mario Frias (PL/SP)
- 13 Dep. Any Ortiz (CIDADANIA/RS)
- 14 Dep. Bibó Nunes (PL/RS)

